



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO
PERNAMBUCANO CAMPUS SALGUEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

VICTOR EMANUEL LIMA BEZERRA

**EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: REVISÃO SISTEMÁTICA SOBRE A
INTEGRAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO**

SALGUEIRO-PE

2025

VICTOR EMANUEL LIMA BEZERRA

**EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: REVISÃO SISTEMÁTICA SOBRE A
INTEGRAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Campus Salgueiro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. Erbs Cintra de Souza Gomes.

SALGUEIRO-PE

2025

B574 Bezerra, VICTOR EMANUEL LIMA BEZERRA.

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS : REVISÃO SISTEMÁTICA SOBRE A INTEGRAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO / VICTOR EMANUEL LIMA BEZERRA Bezerra. - Salgueiro, 2025.
57 f.

Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, Campus Salgueiro, 2025.
Orientação: Prof. Dr. Erbs Cintra de Souza Gomes.

1. Educação. 2. Educação em Direitos Humanos. 3. Educação Profissional e Tecnológica. 4. Ensino Médio Integrado. 5. Formação cidadã. I. Título.

CDD 370



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA
E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO**
Autarquia criada pela Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008



**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLOGICA**

**EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: REVISÃO SISTEMÁTICA SOBRE A
INTEGRAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovada em _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Erbs Cintra de Souza Gomes (Orientador)

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano.

Prof. Dr. José Aldo Camurça de Araújo Neto

ProfEPT/IFSertãoPE - Membro Interno

Prof. Dr. Alexandre Braga Gomes

Campus Petrolina/IFSertãoPE - Membro
Externo

Profa. Dra. Zélia Maria Xavier Ramos

FACAPE - Membro Externo

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Prof. Dr. Erbs Cintra de Souza Gomes, pela orientação paciente e pela generosidade com o tempo e conhecimento. Sua confiança e incentivo foram essenciais.

Estendo minha gratidão aos professores do Programa, cujas aulas me proporcionaram uma base para a reflexão e desenvolvimento da pesquisa.

Aos Coordenadores e equipe técnico-administrativa, agradeço pela atenção e disponibilidade que proporcionaram a fluidez das atividades ao longo do curso.

Por fim, aos colegas de turma, agradeço pela convivência animada e pelo espírito colaborativo que tornaram este percurso mais leve e significativo.

“Educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo.”

(Paulo Freire, 1979).

RESUMO

Este trabalho investiga as contribuições da Educação em Direitos Humanos (EDH) para a formação cidadã de estudantes da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), com foco na modalidade de Ensino Médio Integrado (EMI), ofertada pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Apesar da relevância da EDH como eixo formativo transversal, estudos recentes apontam que sua presença nas escolas técnicas ainda é pontual, fragmentada e pouco institucionalizada, o que compromete sua efetividade na formação integral dos estudantes (Ferreira; Moura Neto, 2021; Costa; Parente, 2023). A pesquisa justifica-se por duas dimensões complementares: teórica, ao dialogar com autores que compreendem a educação como prática política e ética (Fraser, 2006; Honneth, 2003; Freire, 1996; Candau, 2012; Frigotto, 2017); e prática, ao responder à carência de referenciais e materiais pedagógicos que auxiliem os docentes na implementação da EDH na EPT. Caracteriza-se como pesquisa qualitativa, com abordagem exploratória, bibliográfica e documental, orientada pelo método indutivo. A metodologia adotada foi a Revisão Sistemática de Literatura, com base em critérios explícitos de seleção, extração e análise de onze estudos publicados entre 2019 e 2025. A análise de conteúdo, conforme Bardin (2011) permitiu identificar sentidos atribuídos à EDH, lacunas formativas e possibilidades de integração curricular. Os resultados revelam que a EDH, quando articulada à EPT, favorece práticas pedagógicas emancipadoras, críticas e contextualizadas, contribuindo para a formação omnilateral dos estudantes e para o fortalecimento do papel social da escola técnica. Como produto educacional, foi elaborado um Guia Pedagógico Multimodal voltado para docentes da Rede Federal, com estratégias teóricas e práticas para a inserção da EDH no planejamento curricular do EMI. Conclui-se que a EDH pode ampliar a função formativa da EPT para além da dimensão técnica, promovendo uma educação comprometida com a justiça social, o reconhecimento da diversidade e a emancipação dos sujeitos.

Palavras-chave: Educação em Direitos Humanos; Educação Profissional e Tecnológica; Ensino Médio Integrado; Formação cidadã.

ABSTRACT

This work investigates the contributions of Human Rights Education (HRE) to the civic development of Vocational and Technological Education (VTE) students, focusing on the Integrated Secondary Education (EMI) modality offered by the Federal Network of Vocational, Scientific, and Technological Education. Despite the relevance of HRE as a cross-curricular training axis, recent studies indicate that its presence in vocational schools is still isolated, fragmented, and poorly institutionalized, which compromises its effectiveness in the comprehensive development of students (Ferreira; Moura Neto, 2021; Costa; Parente, 2023). The research is justified by two complementary dimensions: theoretical, in dialogue with authors who understand education as a political and ethical practice (Fraser, 2006; Honneth, 2003; Freire, 1996; Candau, 2012; Frigotto, 2017); and practical, by responding to the lack of frameworks and pedagogical materials to assist teachers in implementing HRE in EPT. This is qualitative research with an exploratory, bibliographical, and documentary approach, guided by the inductive method. The methodology adopted was a Systematic Literature Review, based on explicit criteria for the selection, extraction, and analysis of eleven studies published between 2019 and 2025. Content analysis, according to Bardin (2011), allowed us to identify meanings attributed to HRE, educational gaps, and possibilities for curricular integration. The results reveal that HRE, when articulated with EPT, favors emancipatory, critical, and contextualized pedagogical practices, contributing to the all-encompassing development of students and strengthening the social role of technical schools. As an educational product, a Multimodal Pedagogical Guide was developed for teachers in the Federal School System, with theoretical and practical strategies for integrating HRE into EPT curricular planning. It is concluded that HRE can expand the formative function of EPT beyond the technical dimension, promoting an education committed to social justice, the recognition of diversity and the emancipation of individuals.

Keywords: Human Rights Education; Professional and Technological Education; Integrated Secondary Education; Citizenship Training.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Matriz de Seleção e Análise	22
Quadro 2	Registro de Trabalhos Seleccionados	24-25
Quadro 3	Matriz de Análise dos Estudos	26-29
Quadro 4	Rubrica avaliativa 01 – Critérios e níveis	53
Quadro 5	Rubrica avaliativa 02 – Critérios e níveis	54

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
EDH	Educação em Direitos Humanos
EMI	Ensino Médio Integrado
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
IF	Instituto Federal
IFRJ	Instituto Federal do Rio de Janeiro
IFPR	Instituto Federal do Paraná
IFSUL	Instituto Federal Sul-rio-grandense
IFRN	Instituto Federal do Rio Grande do Norte
MEC	Ministério da Educação
ONU	Organização das Nações Unidas
PIDESC	Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
PNEDH	Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos
PPCs	Projetos Pedagógicos de Curso
ProfEPT	Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	14
2.1	Direitos Humanos: Fundamentos e Críticas.....	14
2.2	Educação em Direitos Humanos: Dimensões Políticas.....	15
2.3	Educação Profissional e Tecnológica e Ensino Médio Integrado: Formação Omnilateral.....	16
2.4	Integração entre Educação em Direitos Humanos e Educação Profissional e Tecnológica: Educação Crítica e Transformadora.....	17
3	METODOLOGIA.....	19
3.1	Procedimentos metodológicos.....	20
3.2	Tipo de pesquisa e abordagem.....	20
3.3	Revisão Sistemática da Literatura.....	20
3.4	Análise de Conteúdo.....	23
4	ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	30
4.1	Concepções de Educação em Direitos Humanos na EPT.....	30
4.2	Inserção Curricular da EDH no Ensino Médio Integrado.....	30
4.3	Desafios Institucionais e Pedagógicos.....	31
4.4	Práticas Docentes e Experiências Formativas.....	31
4.5	Tensionamentos Teóricos e Políticos.....	32
4.6	Recomendações Formativas e Propostas Pedagógicas.....	33
4.7	Reflexividade Metodológica.....	33
5	PRODUTO EDUCACIONAL.....	35
5.1	Justificativa e fundamentação.....	35
5.2	Caracterização do Produto.....	36
5.3	Diálogo com os Instrumentais Institucionais.....	36
5.4	Estrutura do Guia Pedagógico.....	37
5.5	Flexibilidade e Adaptação Contextual.....	38
5.6	Considerações sobre o Produto.....	38
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
6.1	Síntese do Percorso Investigativo.....	39
6.2	Contribuições da Pesquisa.....	39
6.3	Limitações da Pesquisa.....	40
6.4	Propostas para Pesquisas Futuras.....	40
6.5	Fechamento.....	41
	REFERÊNCIAS.....	42
	APÊNDICE A – FLUXOGRAMA PARA A ELABORAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL.....	46
	APÊNDICE B – PRODUTO EDUCACIONAL.....	47
	APÊNDICE C – Modelos de Planejamento de Aula Integrando EDH e EPT..	52
	APÊNDICE D – Esboço de Podcast Educacional.....	55

1 INTRODUÇÃO

A Educação em Direitos Humanos (EDH) consolidou-se, nas últimas décadas, como eixo estratégico das políticas educacionais brasileiras, resultado de reivindicações históricas de movimentos sociais e de diretrizes nacionais e internacionais que reconhecem a educação como instrumento de transformação social (BRASIL, 2006; ONU, 1945; CANDAU, 2012). No entanto, sua integração à Educação Profissional e Tecnológica (EPT), especialmente no Ensino Médio Integrado (EMI), permanece um desafio complexo e pouco explorado. A trajetória da EPT tem sido marcada por tensões entre formação técnica e formação cidadã, frequentemente subordinada à lógica da empregabilidade, o que compromete sua função emancipatória (FRIGOTTO, 2017; CIAVATTA, 2014; RAMOS, 2010).

A EDH, quando articulada à EPT, propõe uma formação omnilateral que transcende a dicotomia entre teoria e prática, técnica e ética, trabalho e cidadania. Essa perspectiva é sustentada por autores como Marx ([1867] 2013), Gramsci (1979), Freire (1996), Saviani (2007), Fraser (2001, 2007) e Honneth (2003), que defendem uma educação comprometida com a justiça social, o reconhecimento da diversidade e a emancipação dos sujeitos. A EDH não se limita à instrução normativa; ela constitui um campo ético-pedagógico que promove o pensamento crítico, a sensibilidade social e o engajamento com valores democráticos.

No contexto brasileiro, documentos como o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (BRASIL, 2006; 2018) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) estabelecem a EDH como princípio transversal em todas as modalidades de ensino. Contudo, pesquisas recentes indicam que, nas escolas técnicas, sua presença ainda é pontual e fragmentada, sem efetiva institucionalização nos currículos (FERREIRA; MOURA NETO, 2021; COSTA; PARENTE, 2023). Essa lacuna revela a urgência de propostas que articulem formação técnica e formação cidadã de forma integrada e crítica.

A presente pesquisa parte da necessidade de compreender como a EDH tem sido abordada na EPT, com foco no EMI, e como propor caminhos que fortaleçam essa integração. Trata-se de uma investigação que se insere na linha de pesquisa “Práticas Educativas em Educação Profissional Tecnológica” do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), ofertado pelo Instituto Federal do Sertão Pernambucano. A escolha do tema reflete não apenas uma inquietação acadêmica, mas também uma trajetória profissional marcada por experiências na formação técnica, na segurança pública e na educação de servidores, que evidenciam os limites e as possibilidades da formação cidadã no campo técnico.

O objetivo geral da pesquisa foi analisar como a Educação em Direitos Humanos tem sido integrada à Educação Profissional e Tecnológica no Ensino Médio Integrado, por meio de uma revisão sistemática da literatura. Os objetivos específicos são: (i) mapear a produção acadêmica sobre EDH na EPT publicada no Brasil entre 2019 e 2025; (ii) identificar referenciais teóricos e metodológicos predominantes nos estudos selecionados; (iii) analisar criticamente sentidos e práticas atribuídos à EDH no contexto da EPT; (iv) sistematizar lacunas e potencialidades com vistas a subsidiar reflexões pedagógicas; e (v) propor um produto educacional de caráter teórico-propositivo, fundamentado nos achados da revisão, voltado à integração da EDH no EMI.

A justificativa da investigação encontra respaldo em duas dimensões. Na dimensão teórica, a pesquisa dialoga com autores que compreendem a educação como prática política e ética — Fraser (2006), Honneth (2003), Freire (1996), Saviani (2007), entre outros — sustentando que o currículo é também uma arena de disputa por reconhecimento, justiça e emancipação. Na dimensão prática, responde à carência de referenciais e materiais pedagógicos que auxiliem os docentes na implementação da EDH, questão amplamente diagnosticada na literatura (CANDAU, 2012; PIRES; REIS, 2020; FERREIRA; MOURA NETO, 2021).

Como contribuição prática, por meio da pesquisa foi desenvolvido um Manual Pedagógico voltado a docentes do Ensino Médio Integrado, com estratégias de integração entre conteúdos técnicos e princípios da EDH. O Produto Educacional foi elaborado com base nos achados da revisão sistemática e apresentado como proposta teórica, sem aplicação empírica, com o objetivo de subsidiar práticas pedagógicas emancipadoras e replicáveis em diferentes contextos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

O presente trabalho dissertativo está estruturado em cinco seções, além desta introdução. A primeira seção apresenta a fundamentação teórica, discutindo os principais aportes sobre EDH, EPT e EMI. A segunda seção descreve os procedimentos metodológicos da revisão sistemática, com base em protocolos internacionais. A terceira seção analisa os resultados, estruturados em categorias que evidenciam lacunas e possibilidades. A quarta seção apresenta o Produto Educacional desenvolvido — um Manual Pedagógico com estratégias de integração da EDH ao EMI. Por fim, a quinta seção reúne as considerações finais, destacando contribuições, limitações e recomendações para futuras práticas e pesquisas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Direitos Humanos: Fundamentos e Críticas

Os Direitos Humanos constituem o alicerce ético e normativo para a construção de sociedades mais justas, democráticas e solidárias. Desde a adoção da Carta das Nações Unidas (1945) e da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH, 1948), esses princípios vêm sendo reafirmados como universais e indispensáveis à dignidade humana. O artigo 26 da DUDH estabelece a educação como direito fundamental e como meio privilegiado para a promoção dos demais direitos, ao permitir que os indivíduos desenvolvam seu pleno potencial e participem ativamente da vida social.

Contudo, a efetividade dos Direitos Humanos enfrenta desafios significativos em um cenário global marcado por desigualdades estruturais e pela hegemonia de lógicas individualistas, frequentemente associadas ao modelo neoliberal. Bobbio (1992) alerta para a fragilidade dos direitos em contextos onde a cidadania é subordinada às demandas do mercado. Santos (2007) e Dagnino (2004) reforçam que, sem uma cultura política de participação e reconhecimento, os direitos tornam-se meramente formais, esvaziados de sentido prático.

Fraser (2001, 2007) defende que a justiça social exige uma abordagem integrada, que contemple tanto a redistribuição econômica quanto o reconhecimento cultural. Para a autora, a superação das desigualdades requer intervenções materiais e simbólicas que desestabilizem estruturas sociais excludentes. Honneth (2003) complementa essa visão ao apresentar sua teoria do reconhecimento, na qual a dignidade humana é construída por meio de relações sociais pautadas por amor, direitos e solidariedade.

Em contraponto às abordagens liberais, Marx ([1844] 1978; [1875] 1986) critica os “direitos do homem” como expressão do individualismo burguês, que mascara desigualdades estruturais ao enfatizar liberdades formais em detrimento da justiça material. Para ele, os direitos devem ser compreendidos sob uma perspectiva crítica e coletiva, voltada à emancipação social.

Apesar do consenso em torno da importância dos Direitos Humanos, há tensionamentos relevantes, autores como Huntington (1996) e Ignatieff (2001) questionam a universalidade dos direitos, argumentando que sua aplicação pode ignorar contextos culturais específicos e impor valores ocidentais a outras sociedades. Essa crítica, embora controversa, alerta para os riscos de uma abordagem normativa que desconsidere a pluralidade cultural e política.

A EDH, nesse contexto, emerge como campo ético-pedagógico que articula os fundamentos dos Direitos Humanos com práticas educativas voltadas à justiça social. Ao

incorporar as críticas e os tensionamentos teóricos sobre os limites da efetividade dos direitos, a EDH amplia sua função para além da transmissão de valores universais, tornando-se uma ferramenta de análise, denúncia e reconstrução das relações sociais.

2.2 Educação em Direitos Humanos: Dimensões Políticas

A Educação em Direitos Humanos (EDH) configura-se como um processo formativo que articula valores, conhecimentos e práticas voltadas à construção de uma cultura de respeito à dignidade humana, à democracia e à diversidade. No Brasil, esse campo foi institucionalizado por meio das Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (BRASIL, 2012) e do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH, 2018), que estabelecem a EDH como princípio transversal em todas as etapas e modalidades de ensino.

A transversalidade proposta implica que a EDH não deve ser tratada como disciplina isolada, mas como eixo estruturante das práticas pedagógicas, das relações escolares e das políticas institucionais. Essa concepção amplia o papel da educação para além da instrução técnica ou acadêmica, posicionando-a como espaço de formação ética, crítica e cidadã. No entanto, sua efetivação enfrenta obstáculos, como a ausência de formação docente específica, a resistência institucional e a escassez de materiais pedagógicos que articulem EDH e EPT de forma integrada (CANDAU, 2008; FERREIRA; MOURA NETO, 2021).

Inspirada na pedagogia crítica de Paulo Freire, a EDH é concebida como prática de liberdade, fundada no diálogo, na conscientização e na ação transformadora. Freire (1996) defende que a educação deve capacitar os sujeitos a compreenderem suas condições de existência e a intervirem na realidade de forma ética e solidária. Essa abordagem é reforçada por Candau (2008), que propõe uma EDH presente não apenas nos conteúdos curriculares, mas nas relações interpessoais, na gestão democrática e na cultura institucional das escolas.

No cenário internacional, documentos como o Relatório Delors (UNESCO, 1996) e a Declaração de Incheon (UNESCO, 2015) reafirmam a centralidade da EDH na formação para o século XXI. A proposta de Educação para a Cidadania Global, articulada pela UNESCO, reforça que a EDH deve promover competências éticas, como empatia, imaginação moral e responsabilidade social. Nussbaum (2010) contribui para esse debate ao afirmar que a formação cidadã exige o cultivo de capacidades humanas fundamentais.

Apesar da robustez teórica, há críticas à EDH que merecem consideração. Alguns setores conservadores argumentam que a EDH pode comprometer a neutralidade pedagógica, introduzindo valores ideológicos no currículo. Essa crítica, embora recorrente, é contestada por

autores como Apple (2000), que afirmam que toda prática educativa é política, e que a EDH apenas explicita os valores já presentes na escola. Ainda assim, o debate sobre os limites da transversalidade e da aplicabilidade da EDH em contextos técnicos permanece aberto e relevante.

2.3 Educação Profissional e Tecnológica e Ensino Médio Integrado: Formação Omnilateral

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT), conforme estabelecido pela Lei nº 11.892/2008 (BRASIL, 2008), constitui uma modalidade educacional voltada à articulação entre formação técnica, científica e cidadã. Essa proposta pedagógica busca superar a lógica fragmentadora do ensino tradicional, promovendo uma formação integral que valorize o trabalho como princípio educativo e reconheça o sujeito em sua totalidade (FRIGOTTO, 2005; SAVIANI, 2007).

No contexto da EPT, o conceito de formação omnilateral emerge como eixo estruturante. Inspirado no pensamento marxista e ampliado por educadores críticos, esse conceito propõe uma educação que desenvolva simultaneamente as dimensões intelectual, técnica, ética, estética e política do ser humano. Marx ([1867] 2013) defende que a separação entre trabalho manual e intelectual reflete divisões estruturais da sociedade, e que a educação deve unificar esses elementos para promover o desenvolvimento humano pleno.

O Ensino Médio Integrado (EMI), implementado principalmente nos Institutos Federais, representa uma tentativa concreta de materializar essa proposta. Ao articular formação técnica e formação geral em um currículo único, o EMI busca romper com a dicotomia entre teoria e prática. Essa modalidade educacional se alinha à concepção de formação omnilateral ao integrar saberes diversos em uma proposta pedagógica coerente e emancipadora.

Autores como Sen (1999) contribuem para essa discussão ao enfatizar que o desenvolvimento das capacidades humanas deve ser o objetivo central da educação. Para Sen, a liberdade de escolha e a autonomia dos sujeitos dependem da ampliação de suas capacidades, o que exige uma formação que vá além da qualificação técnica.

Entretanto, há tensionamentos importantes. Críticos da proposta omnilateral, como alguns defensores da racionalização curricular, argumentam que a educação técnica deve ser objetiva, funcional e voltada à produtividade (BOBBITT, 1918). Essa visão, embora superada em muitos círculos acadêmicos, ainda influencia políticas públicas e práticas escolares, especialmente em contextos de escassez de recursos e pressão por resultados imediatos.

Além disso, a implementação do EMI enfrenta desafios estruturais, como a ausência de formação docente específica, a escassez de materiais didáticos integradores e a predominância de uma lógica de empregabilidade. Esses limites não invalidam a proposta, mas exigem estratégias institucionais consistentes para sua efetivação.

2.4 Integração entre Educação em Direitos Humanos e Educação Profissional e Tecnológica: Educação Crítica e Transformadora

A articulação entre Educação em Direitos Humanos (EDH) e Educação Profissional e Tecnológica (EPT) configura-se como uma proposta pedagógica que transcende a lógica tradicional da formação técnica voltada exclusivamente à empregabilidade. Ao integrar princípios éticos, políticos e sociais à formação profissional, essa abordagem busca promover uma educação crítica, omnilateral e comprometida com a justiça social.

Autores como Paulo Freire (1996), Dermeval Saviani (2007), Nancy Fraser (2001, 2007), Axel Honneth (2003) e Antonio Gramsci (1979) oferecem fundamentos teóricos consistentes para essa integração. Freire concebe a educação como prática de liberdade, centrada no diálogo e na conscientização. Saviani propõe uma pedagogia histórico-crítica que reconhece a escola como espaço de formação de sujeitos capazes de compreender e transformar a realidade. Fraser defende que a justiça social exige tanto redistribuição material quanto reconhecimento simbólico, enquanto Honneth enfatiza o papel do reconhecimento na construção da dignidade humana. Gramsci, por sua vez, compreende a escola como arena de disputa ideológica, onde se formam intelectuais orgânicos capazes de articular saber técnico e consciência política.

No contexto do Ensino Médio Integrado (EMI), essa proposta ganha relevância ao permitir que a formação técnica seja acompanhada de uma formação cidadã. A EDH, quando integrada à EPT, amplia o horizonte formativo dos estudantes, promovendo competências técnicas aliadas a valores democráticos, éticos e humanistas. Essa integração exige currículos integradores, políticas institucionais comprometidas com a equidade e práticas pedagógicas que valorizem a interdisciplinaridade e o protagonismo estudantil.

Entretanto, essa abordagem não está isenta de críticas. Parte da literatura educacional mais pragmática argumenta que a inserção de temas como EDH em currículos técnicos pode comprometer a objetividade da formação profissional, desviando o foco da qualificação para o mercado. Essa visão, ainda presente em setores conservadores da educação, defende que a escola técnica deve priorizar competências operacionais e resultados mensuráveis, evitando o que consideram “politização” do ensino (BOBBITT, 1918; HUNTINGTON, 1996).

Além disso, há limites práticos que dificultam a efetivação dessa proposta. A ausência de formação docente específica, a escassez de materiais pedagógicos que articulem EDH e EPT, e a resistência institucional à mudança curricular são obstáculos recorrentes. Tais barreiras não invalidam a proposta, mas exigem estratégias consistentes de enfrentamento, como políticas de formação continuada, produção de recursos didáticos integradores e fortalecimento de redes colaborativas entre instituições.

A integração entre EDH e EPT, portanto, não se configura como sobreposição artificial de conteúdos, mas como resposta ética e pedagógica às demandas de uma sociedade marcada por desigualdades estruturais. Ao reconhecer os limites e enfrentar as críticas, essa abordagem reafirma seu compromisso com uma formação omnilateral, que articula saber técnico, consciência crítica e responsabilidade social. No contexto da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, essa proposta representa uma oportunidade concreta de transformar a escola técnica em espaço de emancipação, reconhecimento e justiça.

3 METODOLOGIA

A escolha metodológica desta pesquisa está fundamentada em abordagens que valorizam a interpretação crítica, a sistematização rigorosa da produção científica e a análise dos sentidos atribuídos aos fenômenos educacionais. Por tratar-se de um estudo qualitativo com foco na integração entre Educação em Direitos Humanos (EDH) e Educação Profissional e Tecnológica (EPT), optou-se pela combinação entre revisão sistemática da literatura e análise de conteúdo, ambas reconhecidas por sua capacidade de produzir conhecimento aprofundado e contextualizado.

A revisão sistemática é uma técnica de investigação que visa identificar, selecionar, avaliar e sintetizar estudos relevantes sobre um tema específico, com critérios explícitos e reprodutíveis. A revisão sistemática busca minimizar vieses, garantir transparência metodológica e permitir a replicação do processo por outros pesquisadores. Segundo Petticrew e Roberts (2006), esse tipo de revisão é especialmente útil em áreas que demandam mapeamento do estado da arte, identificação de lacunas e proposição de caminhos teóricos e práticos. Kitchenham e Charters (2007), ao adaptarem essa técnica para o campo da ciência da computação, reforçam sua aplicabilidade em contextos interdisciplinares, como o da educação.

No campo educacional, a revisão sistemática tem sido cada vez mais utilizada para consolidar evidências, orientar políticas públicas e fundamentar práticas pedagógicas. Sua aplicação exige clareza na formulação das questões de pesquisa, definição de critérios de inclusão e exclusão, seleção de bases de dados confiáveis e uso de instrumentos de extração e síntese dos dados. No presente estudo, essa técnica foi escolhida por permitir uma análise abrangente e crítica da produção acadêmica sobre EDH na EPT, especialmente no contexto do Ensino Médio Integrado (EMI).

Complementarmente, adotou-se a análise de conteúdo como técnica interpretativa para examinar os estudos selecionados. De acordo com Bardin (2011), a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas que permite a descrição objetiva e sistemática do conteúdo das mensagens, com vistas à interpretação dos sentidos latentes e manifestos. Essa abordagem é particularmente adequada para pesquisas qualitativas que buscam compreender discursos, práticas e representações sociais.

A análise de conteúdo aplicada nesta pesquisa seguiu três etapas principais: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. As categorias foram construídas com base nos objetivos da pesquisa e nos eixos temáticos recorrentes nos estudos analisados, permitindo a identificação de convergências, lacunas, tensionamentos e recomendações práticas.

A articulação entre revisão sistemática e análise de conteúdo confere à pesquisa densidade teórica, rigor metodológico e relevância prática. Essa combinação permite não apenas mapear o que tem sido produzido sobre o tema, mas também interpretar criticamente os sentidos atribuídos à EDH na EPT, contribuindo para o avanço do debate acadêmico e para a construção de propostas pedagógicas mais justas e transformadoras.

3.1 Procedimentos metodológicos

Esta seção apresenta o percurso metodológico adotado na pesquisa, com foco na aplicação da revisão sistemática da literatura e na análise de conteúdo como técnicas complementares. A escolha por essa abordagem está alinhada ao objetivo de identificar, examinar e interpretar criticamente a produção acadêmica sobre a integração entre Educação em Direitos Humanos (EDH) e Educação Profissional e Tecnológica (EPT), especialmente no contexto do Ensino Médio Integrado (EMI).

3.2 Tipo de pesquisa e abordagem

A pesquisa é de natureza qualitativa, com caráter exploratório e explicativo. A abordagem qualitativa permite compreender os significados atribuídos às práticas educativas e às concepções teóricas sobre EDH na EPT, valorizando os sentidos presentes nos discursos acadêmicos. A investigação é orientada pelo método indutivo, partindo da análise de casos específicos para a construção de inferências teóricas e proposições pedagógicas.

3.3 Revisão Sistemática da Literatura

A técnica de revisão sistemática foi aplicada com base nos parâmetros metodológicos propostos por Petticrew e Roberts (2006) e Kitchenham e Charters (2007), adaptados ao campo educacional. Diferente da revisão bibliográfica tradicional, a revisão sistemática exige:

- Formulação explícita da questão de pesquisa
- Definição de critérios de inclusão e exclusão
- Estratégia de busca replicável
- Seleção criteriosa das fontes
- Extração e síntese dos dados com rigor analítico

Esses elementos foram integralmente observados no presente estudo, conforme descrito a seguir.

3.3.1 Questão de Pesquisa

A pergunta norteadora foi: Como a Educação em Direitos Humanos tem sido abordada na Educação Profissional e Tecnológica no Ensino Médio Integrado, segundo a produção acadêmica recente?

3.3.2 Bases de Dados Consultadas

Foram utilizadas as seguintes bases de dados:

- Google Scholar
- SciELO
- Portal de Periódicos da CAPES

Essas plataformas foram escolhidas por sua abrangência, confiabilidade e relevância na área educacional.

3.3.3 Estratégia de Busca

Utilizou-se a expressão: ("Educação em Direitos Humanos" AND "Educação Profissional e Tecnológica" AND "Ensino Médio Integrado").

Foram aplicados os seguintes filtros:

- Período: 2019 a 2025.
- Idioma: Português.
- Tipo de documento: Artigos científicos, dissertações e teses.
- Relevância temática e metodológica.

3.3.4 Critérios de Inclusão e Exclusão

Inclusão:

- Estudos com foco na EDH no contexto da EPT ou EMI.
- Trabalhos com clareza metodológica e fundamentação teórica consistente.
- Produções acadêmicas brasileiras.

Exclusão:

- Textos duplicados ou sem acesso completo.
- Estudos que tratam de EDH em outros níveis de ensino sem relação com a EPT.

- Trabalhos com abordagem superficial ou sem rigor metodológico.

3.3.5 Procedimentos de Coleta e Análise dos Estudos

A coleta e análise dos dados foram conduzidas por meio de quatro etapas principais, assegurando rigor científico e sistematicidade ao processo:

1. **Triagem Inicial:** Leitura dos títulos e resumos dos documentos identificados, verificando a adequação dos estudos aos critérios de inclusão previamente definidos.
2. **Leitura Completa:** Análise aprofundada dos textos selecionados, examinando o conteúdo integral para confirmar sua relevância temática e metodológica.
3. **Extração de Dados:** Registro padronizado das informações em uma matriz analítica, permitindo comparação entre os estudos quanto aos objetivos, metodologias, achados e recomendações.
4. **Análise Crítica:** Aplicação da técnica de análise de conteúdo, conforme Bardin (2011), para identificar categorias emergentes, padrões discursivos e tensionamentos teóricos.

Para garantir a consistência da seleção, foi utilizada a seguinte matriz de critérios analíticos:

Quadro 1 – Matriz de Seleção e Análise

Eixo Analítico	Critério	Indicador
Relevância Temática	Aborda EDH e EPT no EMI	Sim / Não
Objetivos e Foco	Discute formação integral	Sim / Não
Metodologia	Apresenta rigor metodológico	Sim / Não
Publicação Recente	Publicado entre 2019–2025	Sim / Não
Fonte Qualificada	Indexação ou avaliação por pares	Sim / Não

Fonte: O próprio autor.

Após a aplicação dos filtros, foram identificados 37 documentos. Após leitura dos títulos, resumos e textos completos, foram selecionados 10 estudos que atendiam integralmente aos critérios definidos.

3.3.6 Extração e Organização dos Dados

Os dados foram sistematizados em uma Matriz analítica (Quadro 3), com os seguintes campos: Os eixos utilizados para a extração de informações foram definidos para assegurar a abrangência e a relevância dos resultados:

- a. Referência do estudo: autores, ano de publicação e fonte.
- b. Objetivo do estudo: perguntas principais e foco investigativo.
- c. Metodologia adotada: abordagem qualitativa ou quantitativa.
- d. Contexto educacional: características institucionais e pedagógicas.
- e. Enfoque temático: discussão da EDH dentro da formação técnica.
- f. Principais descobertas: resultados relacionados ao tema central da pesquisa.
- g. Desafios identificados: limitações e barreiras enfrentadas nos estudos.
- h. Contribuições teóricas: aportes para o avanço da pesquisa acadêmica.
- i. Recomendações práticas: sugestões para fortalecer a EDH na formação técnica e cidadã.

Esses eixos permitiram a identificação de padrões, convergências, lacunas e tensionamentos teóricos.

3.4 Análise de Conteúdo

Para interpretar os dados extraídos, aplicou-se a técnica de análise de conteúdo, conforme Bardin (2011). O processo seguiu três etapas:

- Pré-análise: leitura flutuante dos textos e organização do corpus.
- Exploração do material: codificação e categorização dos conteúdos.
- Tratamento dos resultados: interpretação dos sentidos e construção das categorias analíticas.

As categorias emergentes foram:

- Concepções de EDH na EPT.
- Formas de inserção curricular.
- Desafios institucionais e pedagógicos.
- Práticas docentes e experiências formativas.
- Tensionamentos teóricos e políticos.

Essa técnica permitiu uma leitura crítica dos discursos presentes nos estudos, articulando-os aos referenciais teóricos da pesquisa.

3.4.1 Resultados Preliminares da Busca

Após aplicação dos critérios, foram selecionados 11 trabalhos de pesquisa (artigos e dissertações) que abordam diretamente a temática proposta, conforme os dados dispostos no Quadro 2.

Quadro 2 – Registro de Trabalhos Selecionados

Título	Ano	Autoria	Tipo de Estudo
Aproximações conceituais entre educação em direitos humanos e as bases teóricas da educação profissional e tecnológica	2022	SALVIO, Ana C. Corrêa; SILVA, Helder Antonio.	Artigo
Direitos Humanos nos Cursos Técnicos de Nível Médio: o que dizem as pesquisas na Pós-Graduação Stricto Sensu brasileira.	2024	PASQUALLI, Roberta; PETERSOHN, Neiva T. B.; VIEIRA, Josimar de A.	Artigo
A presença da Educação em Direitos Humanos na Educação Profissional e Tecnológica.	2023	STARCK, Gilberto; SILVA, Patrícia Grasel.	Artigo
Ações em redes de políticas públicas: um estudo de caso sobre educação integral no ensino técnico integrado ao ensino médio no IFPR Jacarezinho.	2023	COSTA, Danusa Freire; PARENTE, Claudia da Mota Darós.	Dissertação
Direitos Humanos: um olhar dos docentes do Instituto Federal do Paraná campus Curitiba.	2023	RAMOS, Edson Luiz.	Dissertação
A Educação Profissional e Tecnológica como um dos alicerces para a garantia dos Direitos Humanos: um resgate histórico nessa relação.	2022	PAIXÃO, Márcia V.; MOREIRA, Ruth M.; FRANDJI, Welington dos S.	Artigo

Título	Ano	Autoria	Tipo de Estudo
Compreensões dos estudantes do Ensino Médio Integrado do IFSul Câmpus Passo Fundo sobre aspectos teóricos dos Direitos Humanos.	2022	DIAS, Natália; TESSMANN, Marta Helena Blank.	Artigo
A cultura dos direitos humanos na educação profissional: contribuição de oficinas pedagógicas sobre a dignidade humana nas relações de trabalho.	2021	FERREIRA, Ana P. Dantas; MOURA NETO, Luís Gomes de.	Artigo
O ensino de Direitos Humanos e a formação omnilateral no Ensino Médio Integrado: uma revisão bibliográfica (2019–2023)	2023	NEVES, Juliane Laguna das; SCHERER, Renata Porscher.	Artigo
Cidadania: ensino de direitos fundamentais no processo curricular de formação cidadã dos estudantes de ensino médio das EEEP's do Ceará.	2021	MATIAS, Eriglécia de Lima.	Dissertação
A Educação Profissional Tecnológica de nível médio e a Educação em Direitos Humanos: entrelaces com o ensino de Ciências.	2020	SOUZA JR, Ernani V. de; OLIVEIRA, Roberto Dalmo V. L.; MESQUITA, Nyuara A. S.	Artigo

Fonte: O próprio autor.

3.4.2 Organização dos Dados e Critérios de Extração

As informações extraídas dos estudos selecionados foram sistematizadas em uma Matriz analítica (Quadro 3), construída com base em critérios definidos previamente para garantir abrangência, comparabilidade e profundidade interpretativa. Essa matriz permitiu identificar contribuições teóricas, desafios institucionais e práticas pedagógicas relacionadas à implementação da Educação em Direitos Humanos (EDH) no contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), especialmente no Ensino Médio Integrado (EMI).

3.4.3 Critérios para Extração de Dados

Os eixos utilizados para a extração e organização das informações foram:

- a. Referência do estudo: autores, ano de publicação e fonte
- b. Objetivo do estudo: perguntas principais e foco investigativo
- c. Metodologia adotada: abordagem qualitativa ou quantitativa
- d. Contexto educacional: características institucionais e pedagógicas
- e. Enfoque temático: discussão da EDH dentro da formação técnica
- f. Principais descobertas: resultados relacionados ao tema central da pesquisa
- g. Desafios identificados: limitações e barreiras enfrentadas nos estudos
- h. Recomendações práticas: sugestões para fortalecer a EDH na formação técnica e cidadã

Com base nesses critérios, foi elaborado o Quadro 3 – Matriz Analítica dos Estudos.

Quadro 3 – Matriz de Análise dos Estudos

AUTORIA: SALVIO, Ana C. Corrêa; SILVA, Helder Antonio.	ANO: 2022	TIPO DE ESTUDO: ARTIGO
Objetivo Detalhado	Investigar conceitualmente a integração entre EDH e formação omnilateral na EPT.	
Metodologia	Revisão teórica	
Contexto e Cenário	Institutos Federais – debate conceitual	
Principais Conceitos Utilizados	Formação Omnilateral; Politecnia; Educação emancipatória.	
Principais Achados (Teóricos/empíricos)	Teóricos: necessidade de integração crítica da EDH ao currículo técnico.	
Desafios Identificados	Fragmentação curricular e lógica de mercado.	
Propostas e Recomendações	Inserção da EDH nos PPIs e reforço da formação omnilateral	
AUTORIA: PASQUALLI, Roberta; PETERSOHN, Neiva T. B.; VIEIRA, Josimar de A.	ANO: 2024	TIPO DE ESTUDO: ARTIGO
Objetivo Detalhado	Analisar produção acadêmica sobre EDH na Rede Federal.	
Metodologia	Revisão documental.	
Contexto e Cenário	Rede Federal de EPT	
Principais Conceitos Utilizados	Educação crítica; Direitos Humanos.	
Principais Achados (Teóricos/empíricos)	Teóricos: EDH tratada de forma fragmentada e superficial.	
Desafios Identificados	Falta de disciplinas e formação específica.	
Propostas e Recomendações	Inserir EDH nos currículos de forma explícita.	
AUTORIA: STARCK, Gilberto; SILVA, Patrícia Grasel.	ANO: 2023	TIPO DE ESTUDO: ARTIGO

Objetivo Detalhado	Analisar a presença de EDH nos currículos do IFRJ frente à BNCC.	
Metodologia	Análise documental	
Contexto e Cenário	IFRJ – PPCs entre 2018 e 2022	
Principais Conceitos Utilizados	Currículo; Formação cidadã; BNCC	
Principais Achados (Teóricos/empíricos)	Teóricos: EDH quase ausente dos documentos curriculares.	
Desafios Identificados	Redução da formação crítica no Ensino Médio Técnico.	
Propostas e Recomendações	Tornar EDH eixo transversal obrigatório nos PPCs.	
AUTORIA: COSTA, Danusa Freire; PARENTE, Claudia da Mota Darós.	ANO: 2023	TIPO DE ESTUDO: DISSERTAÇÃO
Objetivo Detalhado	Estudo de caso sobre práticas de EDH no IFPR.	
Metodologia	Estudo de caso	
Contexto e Cenário	IFPR – Jacarezinho	
Principais Conceitos Utilizados	Educação integral; Formação crítica	
Principais Achados (Teóricos/empíricos)	Empíricos: boas práticas isoladas e desarticuladas institucionalmente.	
Desafios Identificados	Resistência conservadora no ambiente escolar.	
Propostas e Recomendações	Fortalecer práticas institucionais de EDH.	
AUTORIA: RAMOS, Edson Luiz.	ANO: 2023	TIPO DE ESTUDO: DISSERTAÇÃO
Objetivo Detalhado	Analisar percepção docente sobre EDH na EPT.	
Metodologia	Questionários e análise documental	
Contexto e Cenário	IFPR – Campus Curitiba	
Principais Conceitos Utilizados	Cidadania ativa; Formação crítica	
Principais Achados (Teóricos/empíricos)	Docentes reconhecem a relevância da EDH para a formação cidadã e ética dos estudantes.	
Desafios Identificados	Ausência de institucionalização da EDH nos PPCs e falta de formação docente específica para sua aplicação.	
Propostas e Recomendações	Realizar formações pedagógicas específicas sobre EDH.	
AUTORIA: PAIXÃO, Márcia V.; MOREIRA, Ruth M.; FRANDJI, Welington dos S.	ANO: 2022	TIPO DE ESTUDO: ARTIGO
Objetivo Detalhado	Analisar a relação histórica entre Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e Direitos Humanos.	
Metodologia	Revisão Bibliográfica e Documental.	
Contexto e Cenário	Educação Profissional e Tecnológica no Brasil.	
Principais Conceitos Utilizados	Educação em Direitos Humanos (EDH); Escola Unitária; Politecnia; Omnilateralidade; Trabalho como princípio educativo; Educação emancipatória; Educação socialista.	
Principais Achados (Teóricos/empíricos)	Teórico: A EDH articulada à EPT no EMI promove formação crítica e emancipatória, alinhada à superação da dualidade educacional e das estruturas capitalistas. Defende a integração curricular com base na escola unitária e na omnilateralidade como fundamentos para uma educação transformadora.	
Desafios Identificados	Persistência da herança histórica de desigualdade, barreiras, falta de valorização e desafios na articulação com os Direitos Humanos.	
	Ampliar políticas públicas como PRONATEC e PROEJA, consolidando a EPT como um direito humano fundamental,	

Propostas e Recomendações	promover equidade, formação cidadã e acesso universal a EPT no Brasil.	
AUTORIA: DIAS, Natália; TESSMANN, Marta Helena Blank.	ANO: 2022	TIPO DE ESTUDO: ARTIGO
Objetivo Detalhado	Compreender percepção discente sobre Direitos Humanos.	
Metodologia	Aplicação de questionários	
Contexto e Cenário	IFSul – Passo Fundo	
Principais Conceitos Utilizados	Direitos Humanos; Formação cidadã	
Principais Achados (Teóricos/empíricos)	Empíricos: estudantes possuem conhecimento superficial e distorcido.	
Desafios Identificados	Falta de discussões formais de EDH na escola.	
Propostas e Recomendações	Oficinas temáticas e inserção de EDH em disciplinas existentes.	
AUTORIA: FERREIRA, Ana P. Dantas; MOURA NETO, Luís Gomes de.	ANO: 2021	TIPO DE ESTUDO: ARTIGO
Objetivo Detalhado	Avaliar impacto de oficinas de EDH no IFRN.	
Metodologia	Pesquisa-ação	
Contexto e Cenário	IFRN – Curso Técnico de Vestuário	
Principais Conceitos Utilizados	Pedagogia crítico-dialógica; EDH	
Principais Achados (Teóricos/empíricos)	Empíricos: oficinas fortaleceram senso crítico e noção de direitos.	
Desafios Identificados	Falta de materiais didáticos e formação docente.	
Propostas e Recomendações	Expandir oficinas e formar docentes para EDH.	
AUTORIA: NEVES, Juliane Lagunas; SCHERER, Renata Porscher.	ANO: 2023	TIPO DE ESTUDO: ARTIGO
Objetivo Detalhado	Mapear produção acadêmica sobre EDH e formação omnilateral.	
Metodologia	Revisão bibliográfica sistematizada	
Contexto e Cenário	Banco de Teses e Dissertações da CAPES	
Principais Conceitos Utilizados	Formação crítica; Educação integral	
Principais Achados (Teóricos/empíricos)	Teóricos: produção acadêmica ainda fragmentada quanto à EDH.	
Desafios Identificados	Pouca produção aplicada sobre EDH na EPT.	
Propostas e Recomendações	Incentivar pesquisas aplicadas e interdisciplinaridade	
AUTORIA: MATIAS, Eriglécia de Lima.	ANO: 2021	TIPO DE ESTUDO: DISSERTAÇÃO
Objetivo Detalhado	Analisar ensino de Direitos Fundamentais nas EEEP's do Ceará.	
Metodologia	Pesquisa bibliográfica e documental	
Contexto e Cenário	Escolas Profissionalizantes do Ceará (EEEPs)	
Principais Conceitos Utilizados	Direitos Fundamentais; Educação democrática	
Principais Achados (Teóricos/empíricos)	Empíricos: Direitos Humanos abordados de forma esporádica e não sistemática.	
Desafios Identificados	Ausência de formação docente para EDH.	
Propostas e Recomendações	Inserir Direitos Fundamentais como disciplina obrigatória nos currículos técnicos.	
AUTORIA: SOUZA JR, Ernani V. de; OLIVEIRA, Roberto Dalmo V. L.; MESQUITA, Nyuara A. S.	ANO: 2020	TIPO DE ESTUDO: ARTIGO
Objetivo Detalhado	Relacionar ensino de Ciências, Politécnica e EDH.	

Metodologia	Revisão teórica
Contexto e Cenário	Institutos Federais – Ensino Médio Integrado
Principais Conceitos Utilizados	Politecnia; Interdisciplinaridade; Educação crítica
Principais Achados (Teóricos/empíricos)	Teóricos: ensino de Ciências como vetor de integração da EDH.
Desafios Identificados	Baixa articulação entre Ciências e EDH.
Propostas e Recomendações	Projetos pedagógicos integradores entre Ciências e EDH.

Fonte: O próprio autor.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Esta seção apresenta a análise dos dados extraídos dos estudos selecionados na revisão sistemática, com base na matriz analítica construída. A interpretação foi orientada pela técnica de análise de conteúdo (Bardin, 2011), permitindo a identificação de categorias temáticas que revelam os sentidos atribuídos à Educação em Direitos Humanos (EDH) no contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), especialmente no Ensino Médio Integrado (EMI). A análise busca ir além da descrição, promovendo uma leitura crítica dos discursos acadêmicos e das práticas relatadas, em diálogo com os referenciais teóricos da pesquisa.

4.1 Concepções de Educação em Direitos Humanos na EPT

Os estudos analisados revelam uma diversidade de concepções sobre EDH, que oscilam entre abordagens formais, normativas e críticas. Em alguns trabalhos, a EDH é compreendida como um instrumento de formação cidadã, voltado para o respeito às normas e à convivência democrática (Matias, 2021; Ramos, 2023). Em outros, aparece como prática emancipatória, articulada à formação omnilateral e à crítica das estruturas sociais (Salvio & Silva, 2022; Souza Jr., Oliveira; Mesquita, 2020).

Essa tensão entre uma EDH reguladora e uma EDH transformadora reflete o embate teórico presente na literatura, como apontado por Candau (2012), que distingue entre uma EDH voltada à adaptação social e outra comprometida com a justiça e a equidade. A concepção crítica, mais presente nos estudos vinculados aos Institutos Federais, associa EDH à politécnica, à interdisciplinaridade e à formação integral, em consonância com Frigotto (2010) e Saviani (2007).

Além disso, estudos como Neves & Scherer (2023) e Pasqualli, Petersohn e Vieira (2024) indicam que a produção acadêmica sobre EDH na EPT ainda carece de consistência conceitual, o que dificulta a consolidação de uma abordagem comum. Essa ausência de consenso teórico reforça a necessidade de formação docente crítica, capaz de compreender e aplicar diferentes concepções de EDH conforme o contexto educacional.

4.2 Inserção Curricular da EDH no Ensino Médio Integrado

A análise dos documentos curriculares e dos relatos empíricos mostra que a EDH ainda ocupa um espaço marginal e fragmentado nos currículos da EPT. Starck & Silva (2023) identificam que, nos PPCs do IFRJ, a EDH é praticamente ausente, não sendo tratada como eixo

transversal. Ferreira & Moura Neto (2021) apontam que sua inserção ocorre por meio de oficinas extracurriculares, sem articulação formal com o currículo.

Essa ausência curricular revela uma contradição estrutural: embora os documentos oficiais da Rede Federal defendam a formação cidadã, a EDH não é institucionalizada como componente curricular. Isso reforça o diagnóstico de Arroyo (2013), que denuncia a despolitização dos currículos técnicos e a prevalência de uma lógica produtivista.

Além disso, os estudos de Matias (2021) e Ramos (2023) mostram que, mesmo quando há menção à EDH nos planos pedagógicos, ela aparece de forma esporádica e não sistemática, sem objetivos claros ou conteúdos definidos. Essa invisibilidade curricular compromete a efetividade da EDH como prática formativa.

A proposta de tornar a EDH um eixo transversal obrigatório nos PPCs aparece como recomendação recorrente em estudos como Starck & Silva (2023), Pasqualli, Petersohn e Vieira (2024) e Costa & Parente (2023), evidenciando a necessidade de revisão curricular crítica e de políticas institucionais que assegurem sua presença nos processos formativos.

4.3 Desafios Institucionais e Pedagógicos

Os desafios à implementação da EDH na EPT são múltiplos e interdependentes. Os estudos apontam:

- Falta de formação docente específica (Ramos, 2023; Matias, 2021)
- Resistência ideológica e conservadora no ambiente escolar (Costa & Parente, 2023)
- Fragmentação curricular e ausência de materiais didáticos (Ferreira & Moura Neto, 2021)

Esses obstáculos revelam que a EDH não enfrenta apenas barreiras técnicas, mas também barreiras políticas e culturais, como destaca Candau (2012). A resistência à abordagem crítica da EDH está relacionada à disputa de sentidos sobre o papel da escola técnica: formar para o mercado ou formar para a cidadania?

Além disso, há uma falta de articulação institucional, com práticas isoladas e descontínuas, como evidenciado por Costa & Parente (2023). Isso compromete a sustentabilidade das ações e reforça a necessidade de políticas institucionais claras e permanentes.

4.4 Práticas Docentes e Experiências Formativas

Apesar dos desafios, os estudos também revelam experiências promissoras de inserção da EDH na prática pedagógica. Ferreira & Moura Neto (2021) relatam oficinas que promoveram o senso crítico dos estudantes e ampliaram a compreensão sobre direitos. Dias & Tessmann (2022) mostram que, mesmo com conhecimento superficial, os estudantes demonstram abertura para discutir temas ligados à EDH.

Essas práticas, embora pontuais, indicam que há potencial pedagógico para a EDH na EPT, especialmente quando articulada a metodologias dialógicas, interdisciplinares e participativas. A pedagogia crítico-dialógica, inspirada em Paulo Freire, aparece como referência em vários estudos, reforçando a ideia de que a EDH deve ser vivida e não apenas ensinada.

A formação docente é apontada como condição essencial para a ampliação dessas práticas, com propostas de cursos, oficinas e grupos de estudo voltados à EDH (Ramos, 2023; Ferreira & Moura Neto, 2021). A institucionalização dessas práticas depende do compromisso da gestão escolar e da valorização da EDH como eixo formativo.

4.5 Tensionamentos Teóricos e Políticos

A análise dos estudos revela tensionamentos que atravessam a relação entre EDH e EPT. O primeiro deles é a disputa entre uma formação técnica instrumental, voltada para o mercado de trabalho, e uma formação crítica e cidadã, comprometida com a emancipação dos sujeitos. Essa dualidade aparece em estudos como Salvio & Silva (2022) e Paixão, Moreira e Frandji (2022), que denunciam a separação histórica entre trabalho e cidadania nos currículos da EPT.

Outro tensionamento diz respeito à presença de discursos neutros e apolíticos nos currículos, que esvaziam o sentido da EDH. Starck & Silva (2023) mostram que, mesmo quando há menção à cidadania, ela é tratada de forma genérica, sem articulação com os direitos humanos ou com a realidade social dos estudantes.

Há também a dificuldade de integrar EDH às disciplinas técnicas, como Ciências, Matemática e Tecnologia. Souza, Oliveira e Mesquita (2020) propõem a integração entre EDH e ensino de Ciências como caminho para superar essa fragmentação, mas reconhecem a baixa articulação existente. Essa lacuna revela a necessidade de formação interdisciplinar, capaz de romper com a compartimentalização do saber.

Por fim, os estudos apontam que a produção acadêmica sobre EDH na EPT ainda é incipiente e pouco aplicada, como destacam Neves & Scherer (2023). Isso dificulta a consolidação de referenciais teóricos consistentes e limita a capacidade das instituições de formular políticas pedagógicas robustas.

4.6 Recomendações Formativas e Propostas Pedagógicas

Com base nos estudos analisados, emergem recomendações que podem subsidiar a construção de políticas e práticas voltadas à EDH na EPT. A seguir, as propostas são atribuídas aos respectivos estudos que as sugerem:

- Inserir a EDH como eixo transversal obrigatório nos PPCs (Starck & Silva, 2023; Pasqualli, Petersohn e Vieira, 2024; Costa & Parente, 2023);
- Formar docentes para a abordagem crítica da EDH (Ramos, 2023; Ferreira & Moura Neto, 2021; Matias, 2021);
- Criar materiais didáticos específicos e metodologias participativas (Ferreira & Moura Neto, 2021; Dias & Tessmann, 2022);
- Articular EDH às disciplinas técnicas, promovendo a interdisciplinaridade (Souza Jr., Oliveira e Mesquita, 2020; Salvio & Silva, 2022);
- Fomentar pesquisas aplicadas sobre EDH na EPT (Neves & Scherer, 2023; Ferreira & Moura Neto, 2021); Os estudos indicam que há uma lacuna significativa na produção acadêmica voltada à aplicação prática da EDH no contexto da EPT. A maioria das pesquisas ainda se concentra em abordagens teóricas ou diagnósticas, com pouca incidência de estudos que proponham, testem ou avaliem intervenções pedagógicas concretas. Incentivar pesquisas aplicadas pode contribuir para a consolidação de metodologias eficazes, fortalecer a formação docente e subsidiar políticas públicas mais alinhadas às realidades escolares.
- Fortalecer institucionalmente as práticas de EDH (Costa & Parente, 2023; Ramos, 2023); A institucionalização das práticas de EDH é apontada como condição essencial para sua continuidade e efetividade. Os estudos mostram que, quando as ações dependem exclusivamente da iniciativa individual de docentes, elas tendem a ser pontuais e vulneráveis à descontinuidade. O fortalecimento institucional exige o envolvimento da gestão escolar, a inclusão da EDH nos planos estratégicos e o reconhecimento formal de sua importância na formação técnica e cidadã.

4.7 Reflexividade Metodológica

Embora esta análise tenha sido conduzida com rigor técnico e fundamentação teórica, é importante reconhecer os limites metodológicos do percurso adotado. A revisão sistemática concentrou-se em estudos publicados entre 2019 e 2025, o que pode ter excluído produções

relevantes anteriores ou em outras línguas. Além disso, a análise de conteúdo foi realizada de forma individual, sem triangulação com outros pesquisadores, o que implica um grau de subjetividade interpretativa.

A ausência de acesso integral aos textos completos de alguns estudos também pode ter limitado a profundidade da extração de dados. Ainda assim, os critérios de seleção, a matriz analítica e a categorização temática foram aplicados com consistência, buscando garantir transparência, coerência e validade interpretativa.

Essa reflexividade não enfraquece os resultados, mas os fortalece, ao reconhecer que toda pesquisa é situada, parcial e construída — e que a EDH, como campo de disputa, exige abordagens abertas ao diálogo, à crítica e à transformação.

5 PRODUTO EDUCACIONAL

Esta seção apresenta o produto educacional elaborado como resultado da pesquisa, concebido como uma proposta teórico-prática voltada à inserção crítica da Educação em Direitos Humanos (EDH) no contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), especialmente no Ensino Médio Integrado (EMI). O produto não foi validado ou aplicado empiricamente, conforme delimitação metodológica, mas foi construído com base nos achados da revisão sistemática e da análise de conteúdo, visando subsidiar futuras ações pedagógicas e institucionais.

5.1 Justificativa e Fundamentação

A elaboração do produto educacional responde diretamente às lacunas identificadas nos estudos analisados, que apontam:

- Ausência da EDH nos currículos da EPT (Starck & Silva, 2023; Pasqualli, Petersohn e Vieira, 2024);
- Falta de formação docente específica (Ramos, 2023; Matias, 2021);
- Práticas isoladas e desarticuladas institucionalmente (Costa & Parente, 2023);
- Necessidade de metodologias participativas e interdisciplinares (Souza Jr., Oliveira e Mesquita, 2020).

A proposta está fundamentada nos princípios da EDH como prática emancipatória (Candau, 2012), na concepção de formação omnilateral (Saviani, 2007), e na pedagogia crítico-dialógica inspirada em Paulo Freire. Também dialoga com as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (Brasil, 2012) e com os referenciais da politecnia e da interdisciplinaridade presentes na EPT.

A escolha pelo formato de Guia Pedagógico se justifica por sua versatilidade, acessibilidade e aplicabilidade. Diferente de uma sequência didática fechada ou de um curso formal, o guia permite que docentes e gestores adaptem os conteúdos conforme suas realidades institucionais, promovendo autonomia e contextualização. Além disso, o guia pode ser utilizado como instrumento de formação continuada, apoio ao planejamento pedagógico e subsídio para revisão curricular, ampliando seu alcance e relevância.

5.2 Caracterização do Produto

O produto educacional consiste em um Guia Pedagógico para inserção da Educação em Direitos Humanos no Ensino Médio Integrado, voltado a docentes, coordenadores pedagógicos e gestores da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Objetivos:

- Oferecer subsídios teóricos e metodológicos para a abordagem crítica da EDH;
- Propor estratégias de inserção curricular e interdisciplinar;
- Apoiar a formação docente voltada à EDH;
- Estimular práticas pedagógicas participativas e contextualizadas.

Público-alvo:

- Docentes do Ensino Médio Integrado;
- Coordenadores pedagógicos;
- Gestores escolares;
- Formadores de professores.

Formato:

- Documento estruturado em módulos temáticos;
- Linguagem acessível, porém rigorosa;
- Possibilidade de adaptação para oficinas, cursos ou projetos institucionais.

5.3 Diálogo com os Instrumentais Institucionais

O Guia Pedagógico foi concebido para dialogar diretamente com os Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) e com os planos de ensino das instituições da Rede Federal. Os estudos analisados indicam que a EDH, quando presente, aparece de forma marginal ou desarticulada nos PPCs (Starck & Silva, 2023). O guia oferece subsídios para que coordenadores e docentes possam:

- Revisar os PPCs, incluindo a EDH como eixo transversal;
- Planejar disciplinas com enfoque crítico e interdisciplinar;
- Elaborar planos de ensino que contemplem práticas de EDH contextualizadas;
- Subsidiar formações internas e grupos de estudo sobre EDH.

Ao se alinhar aos instrumentais de gestão pedagógica, o guia contribui para a institucionalização da EDH, superando a lógica de ações pontuais e promovendo sua integração ao Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola.

5.4 Estrutura do Guia Pedagógico

O guia está organizado em cinco módulos, cada um com objetivos específicos, fundamentação teórica, sugestões de atividades e indicações bibliográficas:

Módulo 1 – Fundamentos da Educação em Direitos Humanos

- Conceitos-chave: dignidade, cidadania, justiça social.
- Abordagens críticas da EDH.
- Articulação com a formação omnilateral.

Módulo 2 – EDH e Educação Profissional e Tecnológica

- Histórico da EPT e sua relação com os direitos humanos.
- Tensionamentos entre formação técnica e formação cidadã.
- Possibilidades de integração curricular.

Módulo 3 – Estratégias Pedagógicas para Inserção da EDH

- Oficinas temáticas.
- Projetos interdisciplinares.
- Sequências didáticas com enfoque crítico.

Módulo 4 – Formação Docente em EDH

- Propostas de formação continuada.
- Grupos de estudo e comunidades de prática.
- Reflexão sobre o papel do educador na promoção dos direitos humanos.

Módulo 5 – Avaliação e Sustentabilidade das Práticas

- Indicadores de impacto formativo.
- Estratégias de institucionalização.
- Articulação com os PPCs e com a gestão escolar.

O conteúdo completo do Guia Pedagógico encontra-se no Apêndice B, ao final desta dissertação.

5.5 Flexibilidade e Adaptação Contextual

Reconhecendo a diversidade de realidades institucionais, regionais e socioculturais da Rede Federal, o guia foi concebido com estrutura flexível e adaptável. Os módulos podem ser utilizados de forma independente ou integrada, conforme as demandas locais. As atividades propostas são abertas à contextualização, permitindo que cada instituição:

- Adeque os conteúdos às especificidades de seus cursos e territórios;
- Escolha os temas mais pertinentes à sua comunidade escolar;
- Utilize o guia como base para formações internas, projetos interdisciplinares ou revisão curricular.

Essa flexibilidade é essencial para garantir que a EDH não seja aplicada de forma homogênea ou impositiva, mas sim como prática viva, situada e comprometida com a realidade dos sujeitos envolvidos.

5.6 Considerações sobre o Produto

O guia não pretende oferecer soluções prontas, mas sim provocar reflexões, inspirar práticas e fomentar o compromisso ético e político com a formação cidadã. Sua construção foi orientada pelo princípio da educação como prática da liberdade, conforme proposto por Paulo Freire (1987), que entende o ato educativo como um processo dialógico, ético e emancipador. Nesse sentido, os direitos humanos não se transmitem apenas como conteúdos formais: eles se vivenciam, se praticam e se disputam no cotidiano escolar, exigindo compromisso político e sensibilidade pedagógica por parte de educadores e instituições.

Ao propor caminhos para a inserção da EDH no EMI, o produto educacional reafirma o papel da escola técnica como espaço de formação integral, crítica e emancipadora. Mais do que uma ferramenta, ele é um convite à transformação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta seção apresenta as considerações finais da pesquisa, retomando os objetivos propostos, sintetizando os principais achados, reconhecendo os limites metodológicos e apontando possibilidades de aprofundamento futuro. Mais do que encerrar o trabalho, esta seção busca reafirmar o compromisso ético, político e pedagógico com a Educação em Direitos Humanos (EDH) no contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

6.1 Síntese do Percorso Investigativo

A pesquisa teve como objetivo compreender os sentidos atribuídos à EDH no Ensino Médio Integrado (EMI) da EPT, a partir da análise de estudos publicados entre 2019 e 2025. Para isso, foi realizada uma revisão sistemática de literatura, seguida de análise de conteúdo, que permitiu identificar categorias temáticas recorrentes e tensionamentos teóricos e práticos.

Entre os achados mais relevantes, destacam-se:

- A ausência sistemática da EDH nos currículos da EPT, mesmo em instituições que defendem a formação cidadã.
- A presença de práticas pedagógicas isoladas, geralmente dependentes da iniciativa individual dos docentes.
- A falta de formação específica para os professores, o que compromete a abordagem crítica e interdisciplinar da EDH.
- A tensão entre formação técnica e formação cidadã, que atravessa os discursos institucionais e os projetos pedagógicos.

Esses achados revelam que, embora haja reconhecimento da importância da EDH, sua efetivação ainda enfrenta obstáculos estruturais, políticos e epistemológicos.

6.2 Contribuições da Pesquisa

A pesquisa oferece contribuições em diferentes dimensões:

6.2.1 Teórica

Ao sistematizar e analisar criticamente a produção recente sobre EDH na EPT, a pesquisa atualiza o debate e identifica lacunas conceituais, como a ausência de uma definição comum de EDH nos estudos analisados.

6.2.2 Metodológica

A aplicação da técnica de análise de conteúdo em uma revisão sistemática demonstra a potência dessa abordagem para estudos qualitativos que buscam interpretar discursos acadêmicos e pedagógicos.

6.2.3 Prática

O produto educacional — Guia Pedagógico para Inserção da EDH no EMI — oferece subsídios concretos para docentes e gestores. Por exemplo, um coordenador pedagógico pode utilizar o Módulo 2 para revisar o PPC de seu curso, enquanto um professor pode aplicar as atividades do Módulo 3 em projetos interdisciplinares com turmas do EMI.

6.2.4 Política

Ao reafirmar a EDH como eixo formativo essencial, a pesquisa contribui para o debate sobre o papel da escola técnica na formação cidadã. O guia pode ser utilizado como referência em formações internas, revisão de planos de ensino e elaboração de políticas institucionais.

6.3 Limitações da Pesquisa

Como toda investigação, esta pesquisa possui limitações que precisam ser reconhecidas e problematizadas:

- A revisão sistemática concentrou-se em estudos publicados em português, entre 2019 e 2025, o que pode ter excluído produções relevantes em outros idiomas ou períodos. Isso limita a abrangência internacional da análise.
- A análise foi realizada de forma individual, sem triangulação com outros pesquisadores, o que implica um grau de subjetividade interpretativa. No entanto, esse risco foi mitigado pela construção de uma matriz analítica clara e pela fundamentação teórica consistente.
- O produto educacional não foi validado empiricamente, permanecendo como proposta teórico-prática. Essa limitação impacta sua aplicabilidade imediata, mas não compromete sua relevância como instrumento de reflexão e planejamento.

6.4 Propostas para Pesquisas Futuras

A partir dos achados e das lacunas identificadas, sugerem-se os seguintes desdobramentos:

- Validação empírica do Guia Pedagógico, por meio de estudos que testem sua aplicabilidade em diferentes instituições da Rede Federal, com análise de impacto formativo.
- Investigação sobre a recepção do guia por docentes, incluindo percepções, resistências e sugestões de aprimoramento.
- Estudos comparativos entre diferentes regiões e modalidades da EPT, para compreender como a EDH é abordada em contextos diversos.
- Pesquisas sobre formação docente em EDH, com foco em práticas formativas, currículos de licenciatura e políticas institucionais.
- Articulações entre EDH e temas contemporâneos, como diversidade, inclusão, sustentabilidade e cultura digital, ampliando seu escopo e relevância.

Essas propostas visam consolidar a EDH como campo de pesquisa aplicado, capaz de transformar práticas e políticas educacionais.

6.5 Fechamento

A EDH, como campo de disputa, exige coragem, compromisso e sensibilidade. No contexto da EPT, marcada historicamente por uma lógica produtivista, inserir a EDH é afirmar que a formação técnica não pode prescindir da formação humana. É reconhecer que dignidade, justiça e cidadania não são conteúdos periféricos, são centrais.

Esta pesquisa não pretende encerrar o debate, mas sim ampliá-lo. Ao propor um Guia Pedagógico, reafirma que a EDH deve ser vivida, praticada e institucionalizada. Ao analisar criticamente os estudos, revela que há caminhos possíveis, e que esses caminhos passam pela escuta, pela formação e pela ação.

Mais do que uma defesa política, este trabalho é uma contribuição científica e pedagógica para o fortalecimento da EDH na EPT. Que ele possa inspirar outros estudos, provocar reflexões e contribuir para que a escola técnica seja, cada vez mais, um espaço de liberdade, de direitos e de humanidade.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. **Educação e poder**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

ARROYO, Miguel. **Currículo, território em disputa**. São Paulo: Cortez, 2013.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOBBITT, Franklin. **The curriculum**. Boston: Houghton Mifflin, 1918.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/educacao-em-direitos-humanos/pnedh>. Acesso em: 12 jun. 2025.

_____. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: MEC, 2018.

_____. **Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos**. Brasília: MEC/SECAD, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10265-diretrizes-educacao-direitos-humanos-pdf. Acesso em: 25 jul. 2025.

_____. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

_____. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 dez. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm. Acesso em: 4 jun. 2025.

CANDAU, Vera Maria. **Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2012.

_____. **Educação em direitos humanos: fundamentos teóricos e práticas pedagógicas**. Petrópolis: Vozes, 2008.

CIAVATTA, Maria. **Trabalho e formação: a pedagogia do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2014.

COSTA, Ana Paula; PARENTE, Jéssica. Educação em direitos humanos na formação técnica: desafios e possibilidades. **Revista Brasileira de Educação Profissional**, v. 9, n. 2, p. 45–62, 2023. Disponível em: <https://revista.ept.ifrs.edu.br/article/view/1234>. Acesso em: 8 jul. 2025.

DAGNINO, Evelina. **Cidadania: um conceito em disputa**. São Paulo: Instituto Pólis, 2004.

DUDH. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. ONU, 1948.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. **Educação como prática da liberdade**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FERREIRA, Carlos; MOURA NETO, João. A transversalidade da educação em direitos humanos na educação profissional. **Revista Educação & Sociedade**, v. 42, n. 3, p. 789–805, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/xyz123>. Acesso em: 30 jun. 2025.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. **Cadernos de Campo**, n. 10, p. 7–40, 2001.

_____. Reenquadrando a justiça na sociedade globalizada. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 78, p. 11–32, 2007.

_____. **A justiça social na globalização**. São Paulo: Boitempo, 2006.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e crise do trabalho: perspectivas de superação**. São Paulo: Cortez, 2017.

_____. **Educação e trabalho: desafios da formação omnilateral**. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **A formação humana integral: princípio educativo da escola de educação básica**. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Orgs.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Instituto Federal do Rio de Janeiro, 2010.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2003.

HUNTINGTON, Samuel. **O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1996.

IGNATIEFF, Michael. **Os direitos humanos como política e idolatria**. Princeton: Princeton University Press, 2001.

KITCHENHAM, Barbara; CHARTERS, Sarah. **Guidelines for performing systematic literature reviews in software engineering**. Keele University, 2007. Disponível em: <https://www.dur.ac.uk/ebse/resources/guidelines/>. Acesso em: 19 jul. 2025.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, [1844] 1978.

_____. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, [1867] 2013.

_____. **Crítica ao programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, [1875] 1986.

NUSSBAUM, Martha. **Sem fins lucrativos: por que a democracia precisa das humanidades**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Documentos internacionais sobre direitos humanos**. Genebra: ONU, 1948–2020.

_____. **Carta das Nações Unidas**. São Francisco, 1945. Disponível em: <https://www.un.org/en/about-us/un-charter>. Acesso em: 27 jun. 2025.

PETTICREW, Mark; ROBERTS, Helen. **Systematic reviews in the social sciences: a practical guide**. Oxford: Blackwell Publishing, 2006.

PIRES, Luciana; REIS, Mariana. Educação em direitos humanos na educação profissional: práticas e desafios. **Revista Educação & Trabalho**, v. 15, n. 1, p. 33–49, 2020. Disponível em: <https://revista.educacaotrabalho.org.br/article/view/567>. Acesso em: 14 jul. 2025.

RAMOS, Marise. **Educação profissional e tecnológica no Brasil: desafios e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 2010.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2007.

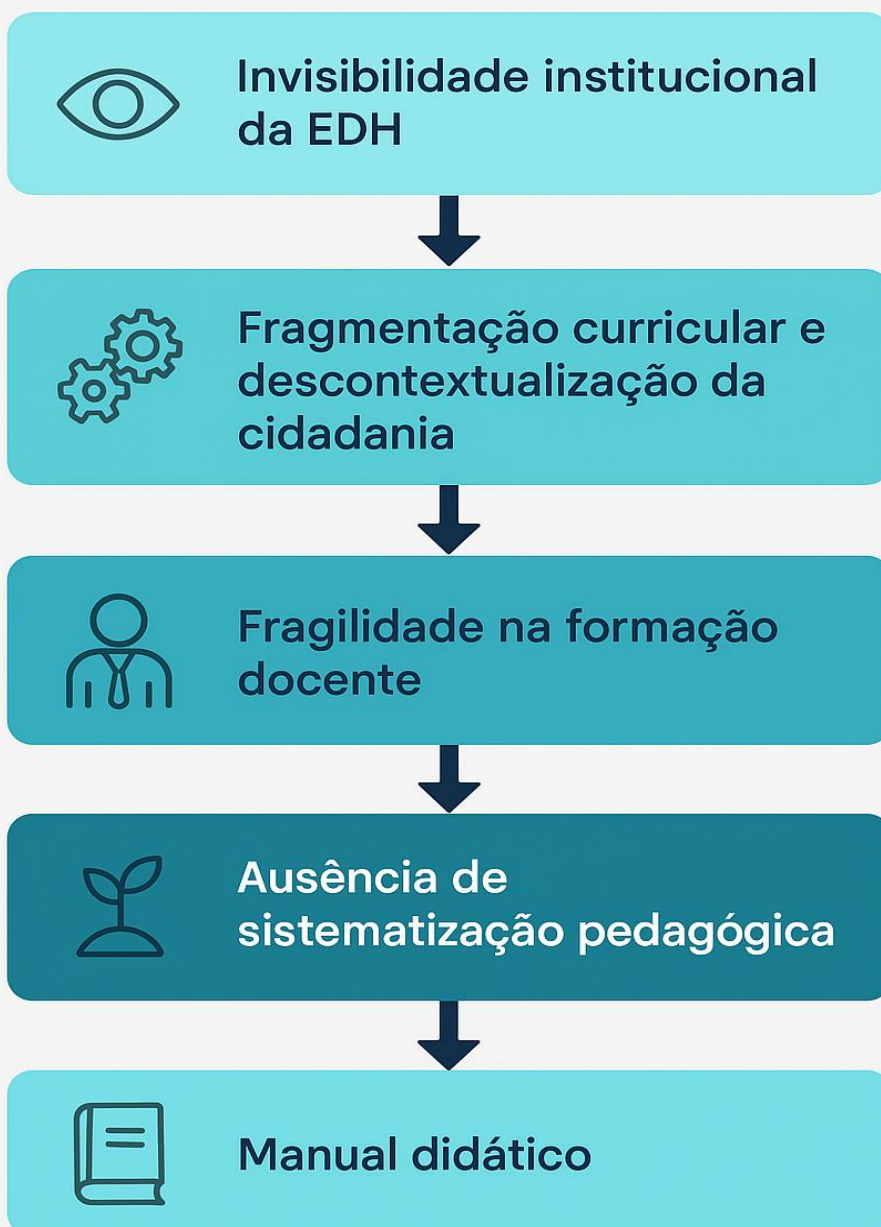
SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

UNESCO. **Relatório Delors: educação, um tesouro a descobrir**. Paris: UNESCO, 1996. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000109590>. Acesso em: 6 jun. 2025.

UNESCO. **Declaração de Incheon: educação 2030**. Paris: UNESCO, 2015. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000233813>. Acesso em: 22 jun. 2025.

**APÊNDICE A – FLUXOGRAMA PARA A ELABORAÇÃO DO PRODUTO
EDUCACIONAL**

Achados da Pesquisa e Produto Educacional



Fonte: O próprio autor.

APÊNDICE B – PRODUTO EDUCACIONAL

Guia Pedagógico para Docentes do Ensino Médio Integrado

A presente proposta pedagógica tem como propósito apoiar e inspirar docentes do Ensino Médio Integrado (EMI) na integração dos princípios da Educação em Direitos Humanos (EDH) às práticas formativas da Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Este guia nasce como fruto direto da investigação realizada nesta dissertação de mestrado, que evidenciou lacunas e potências na forma como a EDH vem sendo abordada no contexto da formação técnica. Inspirado em pensadores como Paulo Freire (1996), Dermeval Saviani (2007), Gaudêncio Frigotto (2005) e Vera Maria Candau (2008), o guia propõe-se a ir além da abordagem legalista dos direitos humanos. Ele convida educadores e educadoras a refletirem criticamente sobre o papel da escola na construção de sujeitos emancipados, conscientes de sua dignidade e de seus direitos.

Em uma realidade marcada por desigualdades sociais, exclusões históricas e desafios ético-profissionais cada vez mais complexos, a EDH oferece um caminho para fortalecer o sentido ético do trabalho, fomentar a cidadania ativa e construir comunidades escolares mais democráticas. Como destaca Candau (2008), a EDH deve ser vivida como prática cotidiana, e não apenas como conteúdo formal.

Este guia não pretende esgotar o tema, mas sim servir como ponto de partida para práticas docentes que articulem técnica, ética e justiça social no cotidiano da formação profissional, integrando Educação em Direitos Humanos (EDH) à Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Ensino Médio Integrado (EMI).

SUMÁRIO

1. Introdução: Contexto e objetivos gerais
2. Fundamentos Teóricos: EDH, EPT e EMI
3. Orientações Práticas: Estratégias pedagógicas e dinâmicas
4. Exemplos de Atividades: Descrições e aplicação
5. Estratégias de Avaliação: Métodos e ferramentas
6. Conclusão: Reflexão e próximos passos
7. Recursos Complementares: Sugestões de aplicação

1. Introdução

O guia tem como propósito capacitar docentes do Ensino Médio Integrado a integrar os valores e princípios da EDH às práticas pedagógicas da EPT. Inspirado por autores como Paulo Freire, Vera Candau, Dermeval Saviani e Gaudêncio Frigotto, ele busca fomentar uma educação emancipatória que articule trabalho, cidadania e ética.

2. Fundamentos Teóricos

Educação em Direitos Humanos (EDH):

A EDH promove uma formação crítica e ética, alinhada aos valores de justiça social, dignidade e equidade, conforme as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (PNEDH) e os marcos da UNESCO. Segundo Freire (1996), educar é um ato político, e ensinar exige compromisso com a transformação social.

Educação Profissional e Tecnológica (EPT):

A EPT conecta formação técnica e cidadania, superando a lógica da empregabilidade e promovendo desenvolvimento integral. Saviani (2007) defende a formação omnilateral como superação da dualidade entre trabalho manual e intelectual.

Ensino Médio Integrado (EMI):

O EMI articula disciplinas técnicas e gerais, promovendo uma formação integral orientada pelos pilares tecnológico, humanista e político. Frigotto (2005) destaca que a escola técnica deve formar sujeitos críticos, e não apenas mão de obra.

3. Orientações Práticas

Planejamento:

- Definir objetivos com verbos de ação específicos, como "analisar", "argumentar" e "desenvolver", alinhados às competências da BNCC (como pensamento crítico, empatia e responsabilidade).
- Conectar EDH aos conteúdos técnicos usando projetos interdisciplinares que envolvam temas como trabalho digno, sustentabilidade e ética profissional.

Metodologias:

- Utilizar estudos de caso, dinâmicas em grupo e debates críticos sobre temas como justiça, dignidade e direitos sociais.
- Aplicar oficinas que vinculem saber técnico e valores humanistas, conforme os princípios da formação integral.

Adaptações por eixo tecnológico:

- **Agropecuária:** Sustentabilidade, direitos trabalhistas e justiça ambiental.
- **Informática:** Ética na tecnologia, privacidade de dados e inclusão digital.
- **Eletrotécnica:** Segurança no trabalho, direitos dos trabalhadores e responsabilidade técnica.

4. Exemplos de Atividades**Atividade 1: Oficina Interdisciplinar**

- **Objetivo:** Integrar EDH e EPT na prática, desenvolvendo competências como empatia, resolução de problemas e responsabilidade social.
- **Descrição:** Estudantes desenvolvem um projeto técnico voltado à resolução de problemas comunitários, aplicando princípios de dignidade e justiça.
- **Duração:** 3 horas.
- **Materiais:** Computadores, papel e recursos específicos do eixo tecnológico.

Atividade 2: Estudo de Caso – Justiça Social

- **Objetivo:** Refletir sobre violações de direitos no mercado de trabalho e propor soluções éticas.
- **Descrição:** Análise de casos reais ou fictícios, com debate sobre alternativas responsáveis.
- **Duração:** 2 horas.
- **Materiais:** Artigos, vídeos e fichas de análise.

Atividade 3: Dinâmica sobre Trabalho e Direitos Humanos

- **Objetivo:** Promover discussão sobre ética profissional e cidadania.
- **Descrição:** Grupos discutem desafios reais enfrentados por trabalhadores e propõem alternativas práticas.
- **Duração:** 1 hora.

Nova Atividade: Paine! Crítico

- **Objetivo:** Debater violações de direitos em setores técnicos e propor códigos de ética.
- **Descrição:** Alunos analisam reportagens sobre trabalho escravo e desenvolvem propostas éticas para suas áreas de formação.
- **Duração:** 2 horas.
- **Materiais:** Reportagens, quadro branco e fichas de análise.

5. Estratégias de Avaliação

Rubricas Avaliativas:

- **Cr!terios:**
 - **Cr!ticidade:** capacidade de analisar situaç!es com profundidade ética.
 - **Interdisciplinaridade:** articulaç!o entre saber técnico e valores humanos.
 - **Engajamento social:** envolvimento com temas comunitários.
 - **Postura ética:** respeito, empatia e responsabilidade.

Instrumentos:

- **Diário de bordo:** Reflexão individual sobre aprendizados e dilemas éticos.
- **Portfólio reflexivo:** Sistematizaç!o de projetos e atividades realizadas, com autoavaliação.
- **Avaliaç!o por pares:** Feedback colaborativo entre estudantes, com foco em postura cidadã e argumentaç!o.

6. Conclusão

Este guia serve como instrumento prático para os docentes, promovendo a integração entre EDH e EPT como estratégia de formação cidadã e crítica. Espera-se que ele inspire novas práticas e contribua para uma educação mais equitativa, democrática e emancipadora, conforme os princípios defendidos por Freire (1996) e Candau (2008).

7. Recursos Complementares – Sugestões de Aplicação Futura

Modelos de planejamento de aula

Sugere-se a elaboração de modelos de aula com objetivos alinhados à BNCC e à PNEDH, incluindo competências como empatia, responsabilidade, pensamento crítico e resolução de conflitos. Esses modelos podem ser utilizados por docentes como referência para integrar EDH aos conteúdos técnicos de forma interdisciplinar.

Podcast educacional (sugestão de aplicação futura)

Título sugerido: “*EDH na EPT: ética e cidadania em ação*” **Objetivo:** Apoiar formações docentes e reflexões institucionais sobre EDH na EPT **Formato:** Episódios curtos com entrevistas, relatos de prática e comentários teóricos **Público-alvo:** Docentes, coordenadores e gestores da Rede Federal **Observação:** Este recurso ainda não foi produzido, mas é proposto como desdobramento do guia pedagógico.

Fonte: O próprio autor.

APÊNDICE C – Modelos de Planejamento de Aula Integrando EDH e EPT

Este apêndice apresenta dois modelos de planejamento de aula elaborados como desdobramento prático do Guia Pedagógico proposto no Apêndice A. Os modelos foram pensados para o contexto da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, especialmente para docentes do Ensino Médio Integrado (EMI), e visam apoiar a articulação entre Educação em Direitos Humanos (EDH) e formação técnica.

Cada modelo está alinhado às competências gerais da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e aos eixos estruturantes da Política Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), com foco na formação ética, crítica e cidadã.

Modelo 1 – Aula Interdisciplinar: Ética no Trabalho Técnico

Título da aula: Ética e Direitos Humanos no exercício profissional técnico.

Objetivo geral: Refletir sobre dilemas éticos em contextos técnicos e suas implicações sociais.

Objetivos específicos:

- Analisar situações reais de violação de direitos no trabalho técnico.
- Argumentar sobre alternativas éticas e responsáveis.
- Desenvolver propostas de conduta profissional alinhadas à EDH.

Competências da BNCC:

- Competência 3: Pensamento crítico e resolução de problemas.
- Competência 9: Empatia e cooperação.
- Competência 10: Responsabilidade e cidadania.

Eixos da PNEDH envolvidos:

- Eixo 2: Educação formal.
- Eixo 4: Formação de profissionais da educação.

Conteúdos técnicos articulados:

- Normas de segurança e conduta profissional.
- Legislação trabalhista básica.

- Princípios da EDH (dignidade, justiça, equidade).

Metodologia:

- Estudo de caso + debate em grupo + produção de código de ética coletivo.

Instrumentos de avaliação:

- Portfólio reflexivo.
- Avaliação por pares.
- Rubrica de desempenho.

Quadro 4 - Rubrica avaliativa 01 – Critérios e níveis

Critério	Insuficiente	Básico	Avançado
Criticidade	Aponta o problema sem análise.	Analisa parcialmente os dilemas.	Analisa com profundidade e propõe soluções éticas.
Argumentação	Argumenta de forma vaga.	Argumenta com base em exemplos.	Argumenta com clareza, evidências e postura ética.
Postura cidadã	Demonstra pouca empatia.	Demonstra respeito básico.	Demonstra empatia, responsabilidade e cooperação.

Fonte: O próprio autor.

Modelo 2 – Projeto Integrador: Tecnologia e Justiça Social

Título da aula: Soluções técnicas para problemas comunitários.

Objetivo geral: Desenvolver um projeto técnico que responda a demandas sociais locais com base nos princípios da EDH.

Objetivos específicos:

- Identificar problemas comunitários relacionados à exclusão ou desigualdade.
- Planejar soluções técnicas viáveis e éticas.
- Apresentar propostas com justificativa cidadã.

Competências da BNCC:

- Competência 5: Cultura digital e responsabilidade social.
- Competência 6: Projeto de vida e protagonismo.
- Competência 10: Responsabilidade e cidadania.

Eixos da PNEDH envolvidos:

- Eixo 1: Educação básica.
- Eixo 3: Educação não formal.

Conteúdos técnicos articulados:

- Planejamento de projetos técnicos.
- Sustentabilidade e acessibilidade.
- Direitos humanos e justiça social.

Metodologia:

- Pesquisa de campo + planejamento técnico + apresentação em painel crítico.

Instrumentos de avaliação:

- Diário de bordo.
- Avaliação por pares.
- Rubrica de engajamento social.

Quadro 5 - Rubrica avaliativa 02 – Critérios e níveis

Critério	Insuficiente	Básico	Avançado
Engajamento social	Não identifica demandas reais.	Identifica demandas sem aprofundamento.	Identifica e propõe soluções contextualizadas.
Interdisciplinaridade	Aplica saber técnico isoladamente.	Articula parcialmente saberes.	Integra saber técnico e valores da EDH com clareza.
Protagonismo	Participa de forma passiva.	Participa com orientação.	Lidera etapas do projeto com autonomia e ética.

Fonte: O próprio autor.

APÊNDICE D – Esboço de Podcast Educacional

Título sugerido:

EDH na EPT: Ética e Cidadania em Ação

Objetivo Geral

Oferecer suporte formativo e reflexivo para docentes, coordenadores e gestores da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), com foco na integração da Educação em Direitos Humanos (EDH) ao Ensino Médio Integrado (EMI).

Justificativa

Este podcast é proposto como desdobramento do Guia Pedagógico apresentado no Apêndice A. Sua finalidade é ampliar o alcance da proposta formativa por meio de uma linguagem acessível, dinâmica e multimodal, promovendo reflexões sobre práticas pedagógicas, políticas institucionais e experiências escolares relacionadas à EDH.

A proposta está alinhada aos princípios da PNEDH (BRASIL, 2018), especialmente no que se refere à formação continuada de profissionais da educação e à valorização de espaços não formais de aprendizagem.

Público-Alvo

- Docentes do Ensino Médio Integrado
- Coordenadores pedagógicos
- Gestores da Rede Federal
- Estudantes de licenciatura e pós-graduação em educação

Formato Proposto

- Episódios curtos (10 a 20 minutos)
- Linguagem acessível e engajada
- Entrevistas com docentes, pesquisadores e estudantes
- Comentários teóricos e práticos sobre EDH na EPT
- Disponibilização em plataformas como YouTube, Spotify e canal institucional do IFCE

Episódios Sugeridos

Episódio 1 – O que é Educação em Direitos Humanos na EPT?

- Introdução ao conceito de EDH
- Diferenças entre abordagem legalista e crítica
- Participação de pesquisador convidado (ex: referência à obra de Candau)

Episódio 2 – A formação técnica e a formação cidadã: é possível integrar?

- Debate sobre a dualidade histórica da EPT
- Participação de docente da Rede Federal com experiência interdisciplinar
- Exemplos de práticas que articulam saber técnico e valores éticos

Episódio 3 – Planejar com EDH: como começar?

- Dicas práticas para planejamento de aulas com foco em EDH
- Referência aos modelos apresentados no Apêndice B
- Participação de coordenador pedagógico

Episódio 4 – Vozes da escola: estudantes falam sobre direitos e trabalho

- Relatos de estudantes sobre experiências formativas
- Reflexões sobre cidadania, dignidade e ética profissional
- Dinâmica de escuta ativa e valorização da vivência estudantil

Episódio 5 – Caminhos institucionais: como a gestão pode apoiar a EDH?

- Estratégias de institucionalização da EDH
- Participação de gestor educacional
- Referência ao PNEDH e às diretrizes da Rede Federal

Esboço de Roteiro – Episódio 1

Título: O que é Educação em Direitos Humanos na EPT? **Duração estimada:** 15 minutos

Estrutura:

1. Abertura com vinheta institucional (30 segundos)
2. Apresentação do tema e do convidado (2 minutos)
3. Definição de EDH e sua relevância na EPT (5 minutos)
4. Diferença entre abordagem legalista e crítica (3 minutos)
5. Comentário sobre desafios e possibilidades (3 minutos)
6. Encerramento com convite à reflexão e indicação de leitura (1 minuto)

Estratégia de Divulgação

Sugere-se que o podcast seja vinculado a ações de formação continuada, semanas pedagógicas, projetos de extensão e ambientes virtuais institucionais. A divulgação pode ocorrer por meio de redes sociais, grupos de docentes e canais oficiais da instituição.

Observação Metodológica

Este podcast ainda não foi produzido, mas é proposto como recurso complementar e sugestão de aplicação futura. Sua implementação depende de interesse institucional e disponibilidade de equipe técnica.

Fonte: O próprio autor.